

Notas e Informações

ESTADO DE SÃO PAULO

Sarney
Semeando a crise

Antes, tudo se fez pelos cinco anos. Por mais que se condenasse a ambição, ela continha um elemento de esperança: com cinco anos de mandato, o presidente José Sarney poderia, liberto da pressão dos políticos, assentar, entre outubro de 1988 e março de 1990, as pedras que permitiriam ao futuro presidente ter condições de governar o Brasil. Agora, porém, que justifica o desejo de levar o Tesouro a situação pior do que aquela em que se encontra? Qual a lógica interna das decisões que aumentam despesas e abrem caminho para que em março, ao invés de continuar dizendo que tudo é obra dele, o presidente Sarney possa olhar para trás e dizer que nada tem a ver com o dilúvio que virá?

Nada explica o empenho que o chefe de governo coloca em beneficiar seu Estado natal (a menos que seja para pavimentar, à custa do Erário Nacional, o caminho eleitoral de seu filho, candidato ao governo do Maranhão), ou em favorecer amigos mediante a autorização para a realização de obras públicas, ou o pagamento de despesas fora da programação orçamentária de pagamento feita pela Seplan e pelo Ministério da Fazenda. Se o presidente tivesse candidato à Presidência da República e estivesse empenhado em sua campanha, poder-se-ia entender o porquê das coisas. Como S.Exa. não tem preferência eleitoral conhecida, fica-se sem compreender os motivos pelos quais o presidente da República torna as coisas difíceis para seus ministros e por assim dizer inviabiliza os primeiros meses do futuro governo, temendo, também não se sabe por que, os candidatos que fazem propaganda alardeando que investigarão sua administração.

Tendo malogrado a manobra que visa-

va a afastar o sr. Mailson da Nóbrega do Ministério da Fazenda e o sr. João Batista de Abreu da Seplan, decidiu-se no Planalto e junto ao círculo restrito passar à parte seguinte da operação, que se imaginava ser possível de realizar apenas sem os dois atuais ministros: optou-se por simplesmente gastar e, confiantes na autoridade do presidente sobre seus auxiliares, fazer o que se tinha resolvido seria feito sem eles. Pouco importa que a inflação projetada para novembro esteja acima dos 40%; o que parece contar para aqueles que estão vivendo os últimos dias do governo Sarney é que a popularidade do chefe de Estado seja alta. Houve quem dissesse, e com razão, que governar é escolher; houve quem afirmasse que o poder exerce quem nomeia, demite e prende. Com o governo Sarney aprendeu-se que o poder se exerce pela permissividade travestida de fé democrática, e que governar é ser popular.

Se ser popular é a norma, não estranha que se faça tudo o que se considera indispensável a conquistar o beneplácito do povo num momento de crise — tendo-se o cuidado de, antes de mais nada, conservar a popularidade entre os amigos, que afinal são aqueles que trazem o abraço fraterno e dizem a palavra amena no momento em que de todos os lados se acendem as fogueiras do inconformismo. O homem que está amparado pelos amigos pode resistir impávido à adversidade. Os poetas que povoam os sonhos do presidente Sarney servem de consolo nessa hora difícil — nem que a madrugada seja trágica para aquele que o suceder.

É evidente que está em curso o processo de desgaste, ou, na linguagem do Planalto, de "fritura" dos srs. Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu.

Quem ganha com esse descontrole que o chefe de Estado estabelece nas contas públicas, ao mesmo tempo que o Banco Central sustenta uma política o mais possível próxima da ortodoxia (juros altos), na expectativa de conter uma corrida sem sentido patriótico a ativos reais? Apenas os grandes especuladores, os que podem comprar na baixa nos mercados alternativos e vender na alta; os que têm condições de difundir rumores, amedrontrar a classe média e acenar com o caos. O presidente Sarney, cuidando de ter a seu lado um pugilo de denodados cultores da *res nostra*, não se apercebe de estar contribuindo para que em março a situação seja de tal ordem conturbada que o projeto democrático que tanto acalentou pode vir a correr risco.

Já não há mais o projeto dos cinco anos de mandato para permitir que a ambição de Macbeth explique as atitudes presidenciais; já não há mais a necessidade de enfrentar os inimigos da democracia para tudo ceder no combate à inflação, temendo um agravamento da crise social. Nada mais existe que justifique desconhecer o juízo da História, já que o dos contemporâneos importa pouco. Gasta-se por gastar em busca de efêmera popularidade. Ao Congresso Nacional, pelo artigo 49, X, da Constituição, caberia fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, por qualquer de suas Casas. Estarão deputados e senadores interessados em impedir que em março de 1990 a Nação se defronte com a hiperinflação, ou uma crise sem nome do Tesouro Nacional? Ou preferirão deixar que as coisas continuem como estão, pois na Ilha da Fantasia tudo é possível, porque não há limites para o sonho?